



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

I - REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 02/2025 e pelas disposições contidas neste Edital.

II - ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 013/2025

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

V - DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Site www.saovicentadosul.rs.gov.br link <http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/credenciamento/> e no Setor de Licitações na Rua General João Antônio nº 1305, Sala 307, bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul - RS.

VI - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO / CADASTRO DE RESERVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ACOMPANHANTE DE PESSOA IDOSA.

VII - VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

VIII - DATA E LOCAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

A partir das 9hs de 20/01/2025 (Dia Vinte Mês de Janeiro do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco)

Este Credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas neste edital, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses).

Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Endereço: Rua General João Antônio nº 1331 Bairro Centro CEP: 97420.000; Cidade: São Vicente do Sul - RS.

IX - HORÁRIO E LOCAL PARA ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:

Rua General João Antônio nº 1305 – Sala 307 - São Vicente do Sul RS. CEP: 97420-000 das 8:00 às 14:00h, pelo telefone 0800.000.4377 Ramal 221, ou e-mail: licitacao@saovicentadosul.rs.gov.br

X - PUBLICAÇÕES:

Jornal Cidades em 20/01/2025

Diário Oficial do Município em 20/01/2025, conforme Lei Municipal nº 5243/2015

Link <http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/credenciamento/>

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral de Licitações e Compras
Portaria nº 196/2021





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

**“EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO /
CADASTRO DE RESERVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS COMO ACOMPANHANTE DE PESSOA IDOSA”**

1 - PREÂMBULO:

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que **a partir das 09 (nove) horas do dia 20/01/2025 (Dia Vinte do Mês de Janeiro do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco)**, a Comissão de Licitação, designada pelo Decreto Municipal nº 77/2024, estará recebendo os documentos de habilitação para fins de CREDENCIAMENTO, através de Chamamento Público, com base nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 02/2025 e pelas disposições contidas neste Edital.

O Edital e demais documentos, comunicados e esclarecimentos referentes a este Credenciamento serão publicados no Portal da Transparência do Município de São Vicente do Sul/RS <http://saovicentodosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/credenciamento/>, competindo aos interessados acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento e manterem-se atualizados sobre as informações e esclarecimentos porventura divulgados.

2 - OBJETO:

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o **CREDENCIAMENTO / CADASTRO DE RESERVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ACOMPANHANTE DE PESSOA IDOSA** e possível contratação dos interessados em prestar os serviços, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital.

2.2. Relação de exames e quantitativos estimados para um período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qtde.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno diurno	1.000	hora	11,65	11.650,00
2	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno: noturno	1.000	hora	12,79	12.790,00
3	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa em consultas e exames no Município de São Vicente do Sul e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul	500	hora	14,09	7.045,00

I. No caso de existir mais de uma empresa credenciada, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, fará o rateio dos quantitativos de serviços aos respectivos credenciados, sendo a divisão da cota de serviços o mais semelhante possível entre os credenciados, conforme inciso I art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021

3 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Durante a vigência do Credenciamento, qualquer pessoa jurídica legalmente constituída, que atenda a todas as exigências deste e, especialmente quanto à documentação, e cujo ramo de atividade seja compatível e pertinente com o objeto deste Credenciamento, poderá solicitar sua adesão.

3.2. Poderão participar do presente credenciamento todas as empresas com ramo de atividade pertinente e que





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação requerida neste edital.

3.2. A participação dos importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital:

- I. A participação no Credenciamento implica tacitamente que o proponente:
 - i. Aceite todos os termos, cláusulas e condições constantes deste termo;
 - ii. Responsabilizar-se pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
 - iii. Examine criteriosamente o Edital e seus anexos, que compare entre si, bem como obtenha do Município de São Vicente do Sul, as informações necessárias e suficientes à sua participação;
 - iv. Ficar ciente de todos os detalhes e conhecer todas as especificações e condições de execução do objeto deste termo;
 - v. Ter conhecimento da legislação, dos regulamentos e das normas, administrativas e técnicas, aplicáveis à consecução do processo de credenciamento e à execução do contrato ou instrumento equivalente, em especial quanto à realização do objeto;
 - vi. Assumir todos os custos de elaboração e apresentação dos documentos exigidos no Credenciamento e que, portanto, o Município de São Vicente do Sul, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;
 - vii. Assumir integral responsabilidade pelo perfeito e completo cumprimento do que está previsto no presente termo, em todas as suas fases.

3.3. Não poderão se credenciar ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- I. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- II. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- III. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- IV. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- V. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- VI. O impedimento de que trata a alínea "I" do item 3.3, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- VII. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.4. A documentação necessária para participar deste processo de chamamento público deverá ser entregue a partir das 9 (nove) horas do dia 20/01/2025 até às 14h e nos demais dias úteis, no horário compreendido entre 8 e 12h.

I. O CREDENCIAMENTO PERMANECERÁ ABERTO A FUTUROS INTERESSADOS QUE PREENCHEREM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES.

3.5. Os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação (conforme Anexo I, II e III), juntamente com os demais documentos exigidos no Item 4, em envelope lacrado contendo a seguinte inscrição externamente:





**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025**

Empresa: _____ CNPJ nº _____
Ao Município de São Vicente do Sul/RS - Setor de Licitações
Rua General João Antônio nº 1305, Bairro Centro,
São Vicente do Sul - RS, CEP: 97420-000

4 - DA HABILITAÇÃO:

4.1. Os interessados no credenciamento deverão apresentar os seguintes documentos, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, exceto aqueles cuja veracidade poderá ser confirmada via internet:

II. Além dos documentos Modelo Anexo I, II e III deste edital, a empresa interessada deverá apresentar os seguintes documentos para sua habilitação:

i. Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) Se Microempreendedor Individual, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI substituirá o CNPJ e a inscrição na Junta Comercial.

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

ii. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa





à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

i) Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta, apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

iii. Qualificação Econômico-Financeira

a) Apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

b) Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

iv. Qualificação Técnica

a) Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando boa qualidade dos serviços prestados, através de declaração/carta de recomendação emitida por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou cópia de um dos seguintes documentos:

- ✓ Carteira de trabalho;
- ✓ Contrato de trabalho;
- ✓ Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) ou outro documento idôneo.

b) Apresentação de certificado de cursos livres, treinamentos, aperfeiçoamentos e assemelhados, especialmente aqueles atinentes ao objeto deste termo, acompanhado dos respectivos diplomas e/ou declarações comprobatórias;

c) Para comprovação da qualificação técnica o interessado deverá apresentar pelo menos 01 (uma) das comprovações indicadas acima.

5 - DO PROCESSAMENTO:

5.1. O processamento para a contratação demandada, será através do procedimento auxiliar das licitações, na modalidade credenciamento conforme Art. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e será composto pelas seguintes fases:

- I. Divulgação do chamamento público;
- II. Análise da habilitação;
- III. Divulgação das empresas credenciadas;
- IV. Homologação de cada credenciamento pelo Prefeito Municipal;
- V. Contratação.

5.2. A Comissão de Licitação procederá a análise da documentação e propostas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento dos mesmos, podendo solicitar esclarecimentos, retificações e complementação da documentação ao interessado.

5.3. Da sessão de recebimento e abertura/análise da documentação de habilitação, será lavrada ata pela Comissão de Licitação.

5.4. O resultado será publicado no Diário Oficial do Município, passando a vigorar o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

5.5. Logo após o prazo recursal, o Prefeito Municipal, procederá a homologação de cada credenciamento.

6 – DA ORDEM DE CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO:

6.1. A ordem de chamamento/convocação se dará da seguinte forma:

- i. Os credenciados serão convocados para atender à demanda, pela **ordem de**





credenciamento/habilitação, ou seja, os interessados farão a entrega do envelope para credenciamento, e junto a este deverá vir anexado o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO**, conforme Modelo Anexo I deste Termo, onde o responsável pelo recebimento do mesmo, irá numerar sequencialmente, **e esta empresa tendo sido credenciada/habitada**, fará parte do futuros contratados, e assim sucessivamente, até formar a relação de todos os credenciados em ordem numérica, aptos para prestar os serviços.

ii. **O setor responsável pelo recebimento dos envelopes para cadastramento será a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, sito à Rua General João Antônio nº 1331, Bairro Centro, nesta cidade, que fará a devida numeração dos mesmos, e providenciará a entrega no setor de licitações, para então a Comissão de Licitação nomeada através do decreto municipal nº 77/2024, reunir-se para efetuar a análise dos documentos de habilitação para o devido credenciamento.**

iii. A (s) vaga (s) disponível (eis) será (ão) preenchida (s) mediante cronograma a ser realizado pela secretaria demandante, e os credenciados serão convocados, pela ordem de pré-estabelecida acima.

iv. Os convocados terão o prazo de 01 (uma) hora, a partir do recebimento do aviso, para se apresentarem ao local indicado pela Secretaria solicitante, dado o critério de urgência e logística que a prestação do serviço exige.

v. Será considerado o escalonamento dos credenciados, quando a situação assim exigir e conforme o critério de urgência/emergência da situação.

vi. A partir do 2º (segundo) credenciado, será considerado cadastro reserva e serão convocados em caso do 1º (primeiro) credenciado já estar prestando serviço ao município, ou estar impossibilitado de assumir o serviço no momento ou não se apresentar dentro do prazo estipulado.

vii. Portanto, havendo necessidade, serão chamados para compor a escala os próximos credenciados, respeitando a ordem cronológica de credenciamento.;

7 - DO PAGAMENTO:

7.1. O prazo para pagamento será mensal em de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal com CNPJ em nome da Contratada, devidamente atestada pelo setor competente;

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012);

i. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente;

II. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada;

III. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada;

IV. Quando houver atualização de valores da Tabela SUS, emitido via Portaria do Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal da Saúde emitirá comunicado ao Setor de Contratos, solicitando a atualização dos valores contratados, mediante Termo Aditivo;

V. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento;

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

VII. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas desta contratação serão os seguintes:

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto Atividade: 2124 - Manutenção das Ativ da Secretaria de Desenv Social, Cidadania e Habitação

Despesa: 3390.39.00.00.00.00 outros serviços de terceiros

Recurso: 001 Livre

8 - DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO:

8.1. A empresa habilitada será convocada para assinatura de contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, sob pena de descredenciamento, além das penalidades previstas no presente edital.





I. O prazo de vigência do contrato de credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do Município de São Vicente do Sul e com anuência da Credenciada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses (art. 105 e 106, da Lei nº 14.133/21).

9 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. O Contratado será chamado conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura de Contrato e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos neste termo.

I. O serviço deverá ser executado após o recebimento pela contratada de ordem por escrito para tal, emitida pelo Assistente Social, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

II. A prestação dos serviços deverá ser diretamente nos locais e horários definidos na ordem de fornecimento.

III. A contratada deverá cumprir com sua carga horaria, inclusive sábados, domingos e feriados.

IV. As Notas de Empenho de Despesa poderão ser entregues diretamente ao Contratado ou encaminhadas para o e-mail informado na proposta.

V. A Contratada deverá manter um telefone ativo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, para atender as solicitações.

VI. O Cálculo para pagamento dos serviços será por horas trabalhadas, não excedendo 12 (doze) horas diárias.

VII. Os serviços serão distribuídos rotineiramente em turnos de 12 (doze) horas ininterruptas, para os acompanhantes junto ao Hospital, sendo os turnos padrão nos horários de 07:00h as 19:00h e 19:00h as 07:00h e para os acompanhantes em consultas e exames, turno/horário a definir conforme a distância do laboratório, consultório...

VIII. A elaboração/turnos em períodos de 12 (doze) horas, é meramente para fins de organização, podendo haver alterações, conforme a necessidade de cada requisição/ordem de fornecimento.

IX. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, logo após a devida conferência pelo fiscal designado para tal, desde que em conformidade com a descrição e condições exigidas no presente termo.

10 – SÃO OBRIGAÇÕES

10.1. DO CREDENCIADO/CONTRATADO:

I. Ser assíduo com horários contratados;

II. Não deixar a pessoa idosa nenhum momento sozinho, terá que acompanhá-lo enquanto estiver sobre a sua responsabilidade.

III. Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção dentro do nosso Município, ou seja, quando convocado para prestar serviço no hospital municipal.

IV. Zelar pelo bem-estar da pessoa idosa sob sua responsabilidade.

V. Realizar a tarefa de monitorar, cuidar e acompanhar a pessoa idosa nas instituições hospitalares e/ou durante a realização e exames e consultas.

VI. Zelar e acompanhar a pessoa idosa durante as atividades livres nas intermediações da instituição, inclusive em viagens promovidas pelo Município;

VII. Auxiliar na mobilidade da pessoa idosa com necessidade especial, seja para, mudanças de posição para maior conforto/acamada, na higiene pessoal, ir ao banheiro, estimar e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares, ler e escrever, enfim, executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de acompanhante/cuidador.

VIII. Comunicar ao supervisor/coordenador/diretor responsável os fatos e acontecimentos relevantes do dia e, se necessário, juntamente com a direção, informar aos responsáveis legais e/ou autoridades competentes;

10.2. DA CONTRATANTE:

I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento.

II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

III. Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção para fora do Município de São Vicente do Sul/RS, ou seja, quando a pessoa idosa estiver internada em hospital e/ou para realizar exames/consultas fora de nosso





município.

- IV. Durante o turno da prestação de serviço, a alimentação será por conta da instituição hospitalar.
- V. Determinar as providências necessárias quando a execução do serviço não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- VI. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
- VII. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do contrato.

11 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. As sanções previstas nas alíneas “I”, “III” e “IV” do item 11.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2 do presente Edital.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas no item 11.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. Na aplicação da sanção prevista no item 11.2, alínea “II”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “III” e “IV” do item 11.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas





indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- VI. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "VIII" e "XII" do item 11.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital, portanto, havendo intenção de recorrer, este terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, antes da data fixada início de entrega dos envelopes de habilitação, dispondo a Comissão de Licitação de até 03 (três) dias úteis para resposta.

12.2. Sobre a decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, que deverá ser dirigido ao setor de protocolo do município.

12.3. O recurso será julgado pela Comissão de Licitação, em até 3 (três) dias úteis, e o resultado será publicado no link <http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/credenciamento/>, Diário Oficial do Município.

13 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. Ao município de São Vicente do Sul, reserva-se o direito de fiscalizar de forma permanente a prestação dos serviços pelos credenciados, procedendo o descredenciamento em casos de má prestação dos serviços, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

13.2. A fiscalização quanto à entrega do objeto do presente edital, será feita por servidor municipal ou comissão devidamente autorizados pelo Município, para representá-lo.

13.3. O fiscal nomeado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o presente edital.

13.5. A gestão e a fiscalização do credenciamento serão realizadas conforme o disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

Nome Fiscal	Cargo
Elvia Moraes Rosa Rodrigues	Coordenadora de Políticas de Proteção Social/CRAS
Nome Gestor	Cargo
Rosmari Mossi Bissaco	Secretária Municipal de Desenvolvimento Social





14 - DA RESCISÃO DE CONTRATO:

14.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a este chamamento público/credenciamento poderão ser obtidos mediante solicitação por escrito junto ao setor de licitações, situada na Rua Gal. João Antônio, nº 1305 – São Vicente do Sul – RS – CEP 97.420-000, pelo e-mail licitacao@saovicentadosul.rs.gov.br ou pelo telefone 0800.000.4377 Ramal 221.

15.2. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por Tabelião, Servidor Municipal de São Vicente do Sul, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

15.3. O Município de São Vicente do Sul/RS, a qualquer tempo, em despacho fundamentado, poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

15.4. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Requerimento para Credenciamento
- ANEXO II - Declaração de aceitação de preços;
- ANEXO III – Declaração de idoneidade e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- ANEXO IV – Minuta do Contrato.
- ANEXO V – Termo de Referência

15.5. Fica eleito, o Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste processo e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 20 de janeiro de 2025.

FERNANDO DA ROSA PAHIM
PREFEITO MUNICIPAL

Este Edital foi examinado e aprovado em 20/01/2025 pelo Setor Jurídico Municipal

Fabricio Della Pace Rosa
OAB nº 106446
Assessor Jurídico - Portaria nº 002/2025

